

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020

CONTRIBUIÇÕES PROGRAMÁTICAS DOS SETORIAIS DO PSOL-SP AOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS



Sumário

SETORIAL DE NEGROS E NEGRAS	2
SETORIAL DE MULHERES	4
SETORIAL LGBTQIA+	6
SETORIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	8
SETORIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	10
SETORIAL JURÍDICO	12
SETORIAL DE CULTURA	15
SETORIAL ECOSSOCIALISTA	17
SETORIAL DE EDUCAÇÃO	19

SETORIAL DE NEGROS E NEGRAS

O combate ao racismo em nossa sociedade é agenda central para a disputa política. Estamos no meio de 2020 e o estado de SP já contabiliza o maior número de mortes por PMs desde 2001. A população negra é a primeira nas filas do desemprego, por atendimento médico, educação e moradia, por uma sobrevida que está apartada de direitos sociais.

A pandemia deixou nítido o abismo racial e de classe existente no país: a precarização do serviço público de saúde, as dificuldades de acesso à internet para acompanhamento das aulas online, a ausência de dados sobre a situação da população carcerária em meio à pandemia e a precipitada reabertura no momento em que a Covid-19 atinge, principalmente, os pobres e negros.

Somos nós quem utilizamos serviços públicos, e apresentar em nossos programas municipais, nas eleições deste ano, a centralidade das demandas da população negra paulista é um importante desafio. Fortalecer as candidaturas negras junto a um programa negro e de esquerda para as cidades de São Paulo faz parte desse desafio.

Inverter as prioridades políticas para atender necessidades e garantir direitos da maioria da classe trabalhadora passa por entendermos que a maioria da classe não é branca, sendo preciso garantir nos programas eleitorais:

- Criar ou fortalecer secretarias de promoção da igualdade racial e articular as políticas de forma interseccional;
- Enfrentar a negligência existente e implementar a Lei 11645/08 com formação continuada;
- Implementar política de reserva de vagas para negros e indígenas em concursos públicos municipais;
- Implementar e fortalecer programas de atenção à saúde da população negra e indígena;
- Estabelecer política de enfrentamento ao racismo ambiental que dê condições de saneamento, acesso à água potável e coleta de lixo, que analise riscos de deslizamentos ou de contaminação química, que defenda a demarcação de terras indígenas e quilombolas e que combata a privatização dos territórios;
- Enfrentar o racismo religioso

Todas estas são pautas que atravessam a luta do movimento negro e devem compor o debate programático sobre quais cidades queremos.

Além disso, o enfrentamento ao extermínio da população negra e ao encarceramento em massa são eixos fundamentais para enfrentarmos o racismo estrutural. Embora grande parte da

segurança pública seja responsabilidade do Governo do Estado, as prefeituras não podem fechar os olhos a essa realidade e tem que atuar na prevenção às violações de direitos humanos.

Precisamos nos comprometer com a desmilitarização da atuação das Guardas Civis Municipais: elas têm a função de zelar pela segurança comunitária, e não de atuar contra a população, especialmente aquela em maior vulnerabilidade social.

Outra responsabilidade é assegurar direitos às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e de prática de atos infracionais. Além da responsabilidade direta pelos jovens em medidas socioeducativas em meio aberto, assumindo a responsabilidade pelo futuro dos jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação, pois essas meninas e meninos chegam à prática infracional pela negação total de direitos.

Ao apresentarmos essa contribuição esperamos avançar na construção de um partido antirracista.

SETORIAL DE MULHERES

Seguem as contribuições da Setorial de Mulheres do PSOL-SP:

1. Violência de gênero

- Ampliar rede de enfrentamento à violência doméstica e de atendimento à população LGBTQIA+, como centros de referência e cidadania de mulheres, casas de passagem e casas abrigo regionais, com equipes multidisciplinares
- Fortalecer o programa Guardiã Maria da Penha e sua expansão pelos territórios
- Quanto às vítimas de violência decorrente do gênero: protocolos unificados entre assistência social e saúde, garantia de auxílio-aluguel ou outras políticas de segurança habitacional, capacitação de servidores públicos (em especial das Guardas Civis Municipais e da saúde)
- Ampliar e efetivar legislação antiassédio
- Reordenar as paradas dos transportes públicos coletivos, a fim de que estejam localizadas em espaços iluminados e de fácil acesso para as mulheres
- Requalificar a iluminação pública, evitando logradouros escuros e que vulnerabilizem as mulheres a riscos de violência.

2. Saúde

- Assegurar que hospitais públicos tenham o serviço de abortamento legal com tratamento digno
- Assegurar partos humanizados, pautados em evidências científicas e que promovam a autonomia da gestante e puérpera, com a regulamentação da atividade das doulas
- Atendimento humanizado e respeito para mulheres transexuais e travestis deve ser obrigação e prioridade do Estado, informando e conscientizando toda a sociedade, bem como profissionais de saúde, trabalhadores e gestores do SUS, sobre garantias ao atendimento, considerando as especificidades de saúde dessa população
- Implantar um serviço de serviço psicológico especializado, nos hospitais de referência de atendimento à mulher, voltado para mulheres em situação de violência que tenham desencadeado quadros psicossomáticos provenientes das violências sofridas

3. Participação política

- Conselhos populares e secretaria de políticas para mulheres, LGBTQIA+ e igualdade racial

- Ampliação da Bancada Feminista do PSOL nas Câmaras. Por uma articulação conjunta dos vereadores e vereadoras do PSOL na construção de projetos de lei interseccionais e que aproveitem as iniciativas já propostas em outros municípios pela bancada do partido.

4. Trabalho e renda

- Direito à amamentação digna, incentivando e fiscalizando a aplicação da portaria 193 do Ministério da Saúde, que prevê salas de amamentação nas empresas e espaço próprio
- Construir e/ou ampliar a rede de restaurantes populares e oferecer cozinhas e lavanderias coletivas nos bairros
- Capacitar e qualificar profissionalmente as mulheres, inclusive nas áreas consideradas tradicionalmente como masculinas, garantindo a inclusão digital e observando as especificidades geracionais, culturais, territoriais e étnico-raciais
- Campanhas para estimular a divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres
- Valorizar o trabalho doméstico remunerado e incentivar a formalização das empregadas domésticas

5. Educação

- Creches no contraturno para o acesso das mães ao mercado de trabalho e estudos
- Debate de gênero nas escolas, com os PPP (Projeto Político Pedagógico), com garantia da Transversalidade dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) e livros didáticos livres de discriminação

SETORIAL LGBTQIA+

Desde que a pandemia de COVID-19 chegou ao Brasil, o governo Bolsonaro se posicionou contra todas as medidas necessárias, dizendo que era “só uma gripezinha” e ainda tirando sarro: “Sou Messias, mas não faço milagre”.

Bolsonaro e a extrema-direita também são contra os direitos da população LGBTQIA+ e os debates sobre respeito à diversidade nas escolas. Não à toa, a ministra mais popular é a Damares, cujo lema é “Menino veste azul e menina veste rosa”, uma concepção estreita e fundamentalista de gênero.

O avanço do fundamentalismo veio acompanhado de tragédias como o assassinato de Marielle Franco em 2018, vereadora pelo PSOL, mulher, negra e LGBTQIA+. Queremos saber: quem mandou matar Mariele?

A militante trans negra e integrante da coordenação da setorial, Allany Thayze, teve de exilar-se na Europa devido a perseguições e tentativas de assassinato por causa de sua militância.

Nós, do PSOL, devemos reafirmar nossos princípios e seguir na luta contra a extrema-direita e o fundamentalismo, participando da luta LGBTQIA+ com uma visão ecossocialista e revolucionária, interseccionando raça, classe, gênero e diversidade sexual, de gênero e de sexo biológico, alinhada ao movimentos negro e indígena e às demandas populares e periféricas, com prioridade para as demandas das pessoas trans.

Nossas candidaturas devem estar atentas às seguintes pautas:

- Criação ou fortalecimento de Conselhos Municipais de Políticas Públicas LGBTQIA+, com estrutura de atuação e capacidade deliberativa, e de Secretarias Especializadas no âmbito municipal para formular e executar políticas destinada às pessoas LGBTQIA+;
- Criação de Programas Municipais LGBTQIA+ que sistematizem as políticas locais e estipulem metas e prazos para sua execução;
- Criação de Programas e Observatórios Municipais de Combate à Violência contra LGBTQIA+;
- Realização de capacitações e cursos de formação em direitos humanos, diversidade de gênero, sexualidade e de sexo biológico em todas as esferas do funcionalismo público para combater e prevenir a reprodução da violência contra pessoas LGBTQIA+ no âmbito da administração municipal;
- Desenvolvimento de materiais didáticos e paradidáticos de educação em direitos humanos para combater a violência dentro das escolas municipais;
- Estímulo ao debate sobre gênero, identidade de gênero, orientação sexual e sexo biológico (endosexo e intersexo) na rede municipal de ensino;

- Criação de ambulatórios especializados no atendimento à população trans sem patologização nem exigência de laudos médicos para o acesso aos serviços;
- Desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à saúde da mulher, atendendo especificidades das mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexo;
- Criação e/ou ampliação de programas e serviços de assistência social específicos para o atendimento à população LGBTQIA+;
- Criação de programas focados na formação profissional, na geração de emprego e no acesso à moradia para pessoas trans em situação de exclusão e vulnerabilidade social.

SETORIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

“NADA SEM NÓS PORQUE TUDO É SOBRE NÓS”. O PSOL tornou-se imprescindível na luta para a organização política das pessoas com deficiência, interna e externamente, através do SETORIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DO PSOL DO ESTADO DE SÃO PAULO, que vem atuando para organizar e pautar o debate sobre inclusão numa perspectiva socialista.

A luta política das pessoas com deficiência deve ser a luta de todas e todos contra o capitalismo, que encontra nos partidos de direita sua representação política e defende, via de regra, a hegemonia das elites, com sua polarização na maioria branca, hétero, burguesa e “sem deficiência”. Suas pautas para nós são quase sempre de natureza assistencialista, calcadas em paradigmas desqualificantes, que de modo algum refletem os avanços conquistados pelos movimentos mundiais de luta e defesa das pessoas com deficiência.

É, portanto, no socialismo, cujo foco é a construção de uma sociedade justa e igualitária, ou seja, não excludente, que se busca o reconhecimento amplo e concreto dos nossos direitos. Entretanto, por uma doutrinação ideológica cultural, cuja origem se perde no tempo, mesmo em muitos partidos de esquerda, esta pauta é inexpressiva, nunca colocada entre as principais bandeiras programáticas. Nosso trabalho no PSOL tem sido de alertar e alimentar o partido acerca desta realidade. Na perspectiva da transversalidade, qualquer ponto de um plano de governo deve levar em conta a realidade deste público, presente em todas as classes, épocas e regiões. Sintetizamos abaixo alguns eixos que devem permear toda a política, razão pela qual nos colocamos à disposição para o diálogo com camaradas de todas as localidades que queiram aprofundar o tema.

Segundo dados oficiais do IBGE, Censo 2010, 24,5% da população brasileira, isto é, cerca de 46 milhões de pessoas, tem algum tipo de deficiência. Apesar disto, vemos por parte da sociedade, inclusive da maioria dos partidos políticos, um desconhecimento acerca desta realidade, o que lança este público historicamente à invisibilidade. Mesmo quando o discurso versa sobre a diversidade, outras pautas, relevantes é verdade, mas não mais importantes, ganham maior destaque e minimizam de algum modo a especificidade da nossa luta a começar pelo uso de terminologias incorretas. Conforme já expressamos em nossa carta orientadora, o termo “pessoa com deficiência” apresenta a deficiência sem negar o amplo conjunto de pessoas que compõem esta significativa parcela da população.

EIXO 1 – Linguagem

O discurso e os planos de governo de todos os candidatos devem primar pela linguagem correta, desprovida de vieses ideológicos equivocados, como sinal do pensamento crítico acerca do tema e respeito às lutas históricas das pessoas com deficiência. Sobre isto, nos reportamos à nossa Carta Orientadora;

EIXO 2 – Políticas de Estado

A bandeira do socialismo deve necessariamente trazer uma radical inversão das prioridades, com foco nos grupos de maior vulnerabilidade, que devem, em seus quadros, ter o protagonismo.

Assim, as diretrizes de cada governo devem considerar a temática da pessoa com deficiência como um tema transversal que permeia toda a política, e não como apenas mais uma pauta, frequentemente colocada em plano secundário;

EIXO 3 – Justiça e Direitos Humanos

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que no Brasil é uma Emenda Constitucional, bem como a Lei Brasileira de Inclusão – LBI, são marcos legais de suma importância para a nossa causa e devem estar refletidos na legislação de cada município. As políticas de inclusão e ações afirmativas devem ter estes documentos como referência em sua elaboração e implementação;

EIXO 4 – Acessibilidade e mobilidade

Acessibilidade físico-arquitetônica, comunicacional, social, atitudinal e todos os seus derivados, é um aspecto primário a ser considerado. Deve-se levar em conta o conceito de micro acessibilidade que chegue à vida concreta das pessoas, em seus bairros, nas escolas, no trajeto para o trabalho, no acesso aos espaços públicos, na cobrança às iniciativas privadas, enfim, criar condições para a plena participação de todos, já que muitas estruturas, a começar por muitos espaços públicos, impedem, por si só, o acesso a todos os cidadãos;

EIXO 5 – Democracia participativa

A prática das políticas pelos Conselhos Municipais da Pessoa com Deficiência, deve ser ampliada para todas as cidades do Estado e receber a devida relevância na gestão de cada município. Ações intersetoriais, de intercâmbio contínuo com os demais conselhos, devem ser estimuladas a fim de garantir a isonomia e equidade na condução de todas as políticas públicas.

Finalmente, queremos radicalizar o lema mundial das pessoas com deficiência que é “Nada sobre nós sem nós”, evocando, muito acertadamente, o nosso protagonismo e lugar de fala. Neste sentido, propomos – **“Nada sem nós porque tudo é sobre nós”**. Não existe tema ou eixo dentro de uma política, seja saúde, educação, trabalho, esporte, lazer, habitação, infraestrutura, transporte ou qualquer outro, que não nos diga respeito. Todos são sobre nós! Esta é a postura que esperamos das candidatas e candidatos do PSOL.

SETORIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

O Setorial de Segurança Pública do PSOL-SP propõe aos municípios:

- Criar abrigos sigilosos em rede de atendimento reunindo serviços de segurança pública, assistência social e saúde para acolhimento de mulheres, idosos, crianças e adolescentes, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, imigrantes em situação de violência ou prostituição
- Implantar Núcleos de Atendimento Integrado para atendimento de adolescentes que cometam atos infracionais
- Criar Centros de Convivência das Mulheres com atendimento interdisciplinar (psicossocial e jurídico), abertos a todas as mulheres
- Criar centros de educação, recuperação e atendimento psicossocial ao homem agressor
- Quanto ao uso de novas tecnologias, realizar relatórios de impacto para avaliar potenciais riscos a direitos fundamentais, e amplo debate social sobre processamento de dados pessoais pela administração pública, dando preferência a tecnologias que não firam a privacidade
- Investir em políticas de redução de danos para tratamento especializado, digno e laico àqueles que sofram de transtornos causados pelo abuso de álcool e outras drogas, em oposição à violência e outras políticas higienistas
- Implementar leis de ordenamento territorial que misturem usos nos bairros (evitando regiões vazias à noite) e incentivem fachadas ativas e janelas voltadas para rua, promovendo vigilância pela permeabilidade visual
- Manter ruas e demais espaços públicos bem iluminados e zelados; exigir dos particulares a manutenção e o uso social de seus imóveis, tanto no espaço urbano quanto no rural
- Promover a reforma urbana para evitar implementação de loteamentos irregulares pelo crime organizado
- Auxiliar na segurança preventiva das pequenas propriedades, incentivando a agricultura camponesa de bases agroecológicas, para a redução de conflitos agrários
- Desenvolver ações conjuntas de fiscalização urbana e ambiental, com os órgãos municipais, estaduais e federais correspondentes, e de educação ambiental
- Ofertar amplos programas de mediação de conflitos junto ao corpo docente, ao quadro de apoio pedagógico, ao alunado e à comunidade local; e vedar a atuação da GCM em ambientes escolares em casos de mera indisciplina

- Promover atividades recreativas e socializantes nas escolas aos finais de semana
- Criar Ouvidorias Externas da CGM onde elas ainda não existam (art. 13, II do Estatuto das Guardas Municipais)
- Criar Mecanismo de controle sobre a GCM, com poder disciplinar e dirigido majoritariamente por organizações da sociedade civil (art. 13, § 1º do Estatuto das Guardas Municipais)
- Extinguir as divisões da GCM incompatíveis com o policiamento comunitário, como as tropas de elite, de choque, canis e cavalarias
- Efetivar a carreira única, com proibição de exigência de concursos externos para progressão
- Desmilitarizar os regimentos disciplinares e estatutos, banindo arbitrariedades que permitem abusos internos na GCM
- Criar Conselhos Municipais de Segurança regionalizados que permitam o diálogo entre comunidade e GCM na confecção de políticas públicas de segurança, garantindo a participação de mulheres, LGBTQIA+, negros e negras, pessoas com deficiência, indígenas, trabalhadores e trabalhadoras do campo
- Criar divisões desarmadas na GCM especializadas em mediação de conflitos
- Capacitar a GCM para combate a lgbtfobia, machismo, racismo, xenofobia, capacitismo, etarismo, tortura e toda forma de opressão

SETORIAL JURÍDICO

Seguem as contribuições do **Setorial Jurídico** do PSOL-SP:

1. Direito à cidade, tarifa zero, moradia

- Concessão do direito de superfície de bens imóveis nos moldes do Plano Diretor para produção agroecológica
- Revisão das renúncias fiscais operadas de forma a transformar direitos sociais em negócio
- Retomada do investimento em habitação de interesse social, priorizando modelos em que não há transferência de propriedade
- Ampliação da instituição de ZEIS e processos de regularização fundiária que contemplem assentamentos populares
- Investimento em apoio técnico para realização de REURB-S
- Instituição dos Conselhos Gestores das ZEIS
- Apoio técnico de universidades a fim de determinar parcelamento, edificação ou utilização compulsórios do solo
- Estatização do transporte público sob controle de trabalhadores/usuários, organizados em conselhos populares

2. Emprego, SUS, previdência

- Fim da terceirização nos serviços públicos, a exemplo das contratações via OSs
- Ampliação da contratação de profissionais de saúde para as unidades municipais de saúde
- Revogação da reforma da previdência municipal implementada por Bruno Covas
- Concessão de reajustes salariais aos servidores municipais em valores compatíveis com a inflação do período

3. Demandas de assistência social, espaços de acolhimento

- Reorientação da política de acolhimento institucional do modelo integrado (ou por etapas) para um modelo orientado pela habitação, com a ampliação de equipamentos “portas de saída” - repúblicas, projetos de moradia social e locação social para população em situação de rua em consonância com políticas de redução de danos

- Ampliação de vagas de acolhimento que considerem arranjos familiares e perfis diversos

4. Memória e Verdade, arte e cultura, identidade

- Estatização de todos os equipamentos culturais
- Centros culturais em todos os bairros, coordenados pela comunidade
- Educação transversal de justiça de transição para consolidação da democracia

5. Gênero

- Ampliação da rede de enfrentamento à violência doméstica e de atendimento à população LGBTQIA+, como centros de referência e cidadania de mulheres, casas de passagem e casas abrigo regionais, com equipes multidisciplinares
- Quanto às vítimas de violência decorrente do gênero: protocolos unificados entre assistência social e saúde, garantia de auxílio aluguel ou outras políticas de segurança habitacional e capacitação de servidores públicos (em especial das Guardas Civis Municipais e da saúde)
- Ampliação e efetivação de legislação antiassédio
- Assegurar que hospitais públicos tenham o serviço de abortamento legal com tratamento digno
- Assegurar partos humanizados, pautados em evidências científicas e que promovam a autonomia da gestante e puérpera, com a regulamentação da atividade das doulas
- Conselhos populares e secretaria de políticas para mulheres, LGBTQIA+, igualdade racial

6. Proteção de Dados Pessoais

- Realização de relatórios de impacto para a avaliação de potenciais riscos a direitos fundamentais
- Amplo debate social na adoção de novas tecnologias que possam implicar vigilância
- Programas de adequação do tratamento de dados pessoais sob controle dos municípios à LGPD, sem que se firmem pressupostos de transparência e acesso às informações

7. Fiscalização e gestão

- Fiscalização como parte da gestão democrática da cidade: canais abertos de apresentação de demandas e denúncias de irregularidades; descentralização da ouvidoria nas subprefeituras, com linguagem acessível
- Congresso da Cidade para escolha de investimentos prioritários e acompanhamento da execução do Orçamento Popular

SETORIAL DE CULTURA

Cultura para a liberdade e a emancipação: diretrizes gerais para programas de cultura nas cidades do Estado de SP.

Embora a cultura jamais tenha ocupado um espaço central no debate político, não se pode ignorar que ela representa um campo em que o capitalismo contemporâneo exerce, cada vez mais e com maior voracidade, sua ação predatória. Pelo menos desde os anos 1940, quando surgiram os primeiros grandes estudos sobre a indústria cultural, a investigação nesta área revela a imbricação profunda entre a produção de bens simbólicos e o funcionamento da sociedade de mercado, da alienação e do consumo de massa. No Brasil atual, marcado por múltiplas dependências típicas de um país periférico, o colonialismo cultural é o resultado da nossa formação social, caracterizada pela escravidão, pela brutalidade e vulgaridade das elites, pela desigualdade social e pelo oligopólio na mídia. Chocam-se, então, duas concepções de arte e cultura.

Uma que reconhece seu valor civilizacional e sua capacidade de emancipação humana. Nesta perspectiva, a cultura é vista como um direito, da mesma forma que a saúde, a educação ou a moradia. É um direito porque constrói a identidade de um povo, aguça nossos sentidos, aprimora nossa compreensão do mundo e de nós mesmos. Arte e cultura são práticas sociais que permitem a representação e a fabricação do mundo. Por isso, em todos os tempos há quem tente domesticá-las, transformando bens simbólicos em produtos que se compram e vendem. Nós propomos, ao contrário, a alegria criativa do povo, que resiste, propõe e transforma. Esta concepção de cultura que propomos é necessariamente antissistêmica, incompatível com o capitalismo e seus velhos ou novos modelos de negócios. Ela diz respeito à criação e fruição de bens comuns.

Em contraposição, existe outra concepção de cultura, gestada, parida e sustentada pelo capitalismo. Mas como se opor eficazmente a este modelo quando estamos mergulhados nele?

Somente um projeto inédito, criativo e radical pode resistir ao canto das sereias das novíssimas economias criativas e sua ideologia do empreendedorismo, do *soft power* e da monetização cultural. Em uma sociedade desigual, a produção e o acesso à arte e à cultura são também desiguais. Por isso, uma política pública cultural de esquerda deve ser emancipadora e inverter as atuais prioridades. Onde só o centro era a vez, agora é também a vez da periferia. Uma nova política cultural precisa ser mais negra, mais feminina, mais LGBT, mais descentralizada, mais democrática. Nossas cidades são plurais e nossa cultura deve ser plural.

Nesta nova política cultural, não cabe o modelo da renúncia fiscal como vem sendo praticada por todos os governos até aqui. Sem exceção! O truque da renúncia fiscal, coelho tirado da cartola (neo)liberal, transfere a verba e a gestão públicas para a iniciativa privada. A vida cultural não pode ser decidida por departamentos de marketing das empresas. Os impostos devem ser usados com critérios sociais, transparência e ampla participação popular. No lugar de indivíduo e lucro, propomos coletivo e bem comum. Nesta cobiçada arena da cultura contemporânea, nossa meta é combater as desigualdades e radicalizar a democracia. E, na hora de debater as

cifras, vamos inverter novamente: será sempre a economia para a sociedade, e não a sociedade para a economia. Por isso propomos uma política cultural radicalmente diferente, em que a liberdade, a diversidade, a criatividade e a autonomia sejam a regra. Cultura em que a juventude e os povos originários tenham vez, em que o meio ambiente seja respeitado. Este é o caminho da arte e da cultura que queremos e que é possível construir. Que o cálculo egoísta não impeça a cultura livre de uma vida livre. Utopia é o desejo e o passo que amadurecem o futuro.

As 645 cidades do estado de SP têm um grande desafio neste início de uma nova década para o futuro do setor cultural. Além dos desafios postos em 2020 pela pandemia do novo Corona Vírus, temos também um triste histórico recente de desmontes e ataques à cultura em diversas regiões do estado. No caso específico de SP, foram diversos ataques nas políticas culturais, com redução de orçamento público da cultura e dezenas de casos de censura e de perseguição à agentes culturais por parte de governos e prefeituras de todo o estado. Com o advento da aprovação da PEC e da Lei do Plano Nacional de Cultura no ano de 2005, um movimento muito importante começou a acontecer em centenas de municípios do Brasil: a construção do Sistema Nacional de Cultura! Cidades dos mais diversos tamanhos e vocações culturais começaram a implantação dos seus Sistemas Municipais de Cultura.

Foi na construção coletiva que esse modelo sistemático se construiu e, hoje, é reivindicado pelos Movimentos de Cultura de todo Brasil e também do estado de SP. Foi a continuidade da implantação dos Sistemas Municipais que permitiram que o SNC sobrevivesse aos desmontes e rupturas políticas. Todavia, com a crise pandêmica do Corona Vírus, o SNC ganhou um novo fôlego para seu avanço, graças à aprovação da Lei Aldir Blanc, que pela primeira vez na história utilizará o mecanismo de repasse fundo a fundo, o mecanismo central do SNC, para distribuir recursos para todos os municípios do Brasil. A participação social também ganhou fôlego. Os trabalhadores da cultura estão mais uma vez mobilizados e organizados para construir as políticas culturais pela base! O que buscamos:

- Orçamento compatível com a importância social da Cultura
- Editais, leis, programas e fundos desburocratizados com dotação orçamentária própria e comissões julgadoras plurais e democráticas. Restrição radical dos mecanismos de renúncia fiscal em favor de investimentos diretos, garantindo uma cultura plural e inclusiva para o conjunto da população
- Inversão das atuais prioridades. Transparência e participação efetiva da população na gestão das políticas culturais através de conferências e outros mecanismos de formulação e decisão, promovendo a integração e a transversalidade da arte e da cultura em todos os setores da vida social, como a educação, o esporte, o meio ambiente, a comunicação e o trabalho
- A implantação do Sistema Municipal de Cultura nas cidades do Estado de SP com ampla participação social

SETORIAL ECOSSOCIALISTA

Transição Ecosocialista para São Paulo:

- É importante reduzir as jornadas de trabalho, sem redução dos salários, dos cargos da administração municipal, contratando por meio de concursos públicos para suprir a demanda, para que as pessoas tenham tempo de se organizar e resgatar seus vínculos com a natureza
- Considerando a concentração de terras sob o agronegócio que as envenena com agrotóxicos, os municípios podem se tornar protagonistas da Reforma Agrária com políticas de permacultura e agroecologia, por exemplo, a partir da concessão de terras municipais para grupos de produção agroecológica e afins, visando à recuperação de biomas
- As escolas devem se adequar à necessidade de reduzir o consumo de carne, porque a pecuária colabora com o desmatamento. De modo geral, deve-se priorizar a compra de alimentos da agricultura familiar e enfatizar a educação socioambiental para se discutir Emergência Climática nas comunidades
- Os municípios devem democratizar o acesso à terra com a Reforma Urbana, para que todos possam viver em locais seguros e salubres. É a concentração de terras que gera o caos sanitário. A gestão dos recursos hídricos, do saneamento e dos resíduos sólidos deve ser feita por comitês populares, de forma não exclusivamente técnica, e com metas adequadas para despoluição e redução dos gases estufa, a partir de uma noção de Saneamento Máximo e incorporando as propostas à permacultura e outras formas ecológicas de desenvolvimento regional
- Para diminuir a queima de combustíveis fósseis, é preciso um ordenamento territorial inclusivo que permita aos trabalhadores morarem próximos aos seus locais de trabalho, juntamente com políticas de restrição ao uso de transportes individuais motorizados e incentivo ao transporte coletivo, como o passe livre, além de priorizar a mobilidade ativa, com foco na acessibilidade para pessoas com deficiências
- A concentração de áreas verdes em locais nobres é um exemplo de racismo ambiental que estrutura as cidades. São necessários programas de paisagismo e criação de parques, com ampla participação popular e enfatizando populações discriminadas. Também é importante proibir que condomínios e grandes empreendimentos imobiliários restrinjam acesso de qualquer pessoa ou animal a Áreas de Proteção Permanente (APP) ou Áreas de Proteção Ambiental (APA)
- Indústrias, postos de combustíveis e outras atividades podem contaminar o solo de grandes regiões e causar doenças sérias. Demarcar, dar ampla publicidade e trabalhar para a regeneração dessas áreas são medidas importantes para a saúde pública

- Municípios onde houver aldeias indígenas ou quilombos devem promover a regularização fundiária em todo o território necessário para a sobrevivência dessas culturas, além de priorizar os investimentos públicos para a melhoria da infraestrutura, qualidade de vida e economia local, com respeito às especificidades das tradições de cada povo
- Obrigatoriedade de que todas as empresas com contratos ou incentivos fiscais nos municípios realizem manejo ecológico de resíduos, utilizem materiais não poluentes e tenham sua relevância social avaliada pela população.
- Criação de conselhos ambientais participativos e focados em territórios, como, por exemplo, Conselhos Climáticos balizados em Leis do Clima municipais
- Fortalecimento de controle social dos conselhos que já existem, com poder de deliberação e livre eleição por parte da sociedade

SETORIAL DE EDUCAÇÃO

O setorial de Educação do PSOL/SP apresenta algumas propostas que poderão contribuir para a formulação de programas de governo sobre o tema, para os/as seus/suas candidatos/as à prefeitura nas eleições municipais de 2020:

- Garantia do investimento de 25% de recursos, conforme prevê a Constituição Federal, e um processo de transparência em seu uso
- Ampliação de vagas nas escolas para educação de jovens e adultos (EJA) considerando as suas especificidades e anseios, garantindo transporte público para que estes estudantes possam ter acesso à Educação e políticas públicas de permanência
- Fortalecimento e ampliação da representação no Conselho Municipal de Educação, buscando maior participação da Sociedade Civil neste conselho e também dando visibilidade a sua existência
- Construir parcerias com os cursinhos populares da cidade e também com as escolas que oferecem cursos profissionalizantes e de nível Superior, como o Institutos Federais e ETECs
- Construção e investimento em creches, escolas de educação infantil e escolas de ensino fundamental, assim fazendo com que a educação pública possa ser amplamente garantida pelo poder público municipal
- Em defesa da educação crítica, emancipadora e de transformação social: por uma escola que combata o racismo, a homofobia, o machismo e uma perspectiva ecossocialista. Contra-pondo-nos ao avanço do conservadorismo e da intolerância que reduzem o espaço do diálogo democrático e remontam a períodos sombrios de nossa História, reforçamos o papel da escola como espaço de debate franco e livre de ideias – como espaço, portanto, de crescimento social, cultural e acadêmico. Discutindo numa perspectiva plural, temas que digam respeito ao bem viver das mulheres, dos negros, dos indígenas, das crianças, dos trabalhadores e da população LGBTQIA+
- Valorização dos profissionais da Educação
- Propor uma escola que propicie o desenvolvimento integral dos estudantes, criando espaços para o desenvolvimento de atividades lúdicas e artísticas realmente significativas, nas quais os alunos podem ter acesso a diversos recursos que ampliem suas aprendizagens e repertório cultural
- Criar programas de incentivo à leitura, aumentando o número de bibliotecas pelo município

- Defender um mínimo de alunos por sala na educação pública municipal: Educação Infantil: 0-2 anos 8 alunos, 3-4 anos 12 alunos, 4-5 anos 15 alunos, fundamental I - 20 alunos e fundamental II – 25 alunos
- Criação de Concursos Públicos para a manutenção do quadro de profissionais da educação
- Investir na formação continuada dos profissionais da educação, em parceria com universidades públicas e em horário de trabalho
- Investir na formação dos professores para a Educação Rural
- Repensar os espaços físicos das escolas, proporcionando um ambiente saudável para o pleno desenvolvimento das atividades e das relações entre os indivíduos e o meio
- Fortalecer a rede de proteção social em parcerias com a secretaria da saúde, serviços de assistência social e outros órgãos
- Defender uma escola inserida em seu território, com um Projeto político pedagógico emancipador e construído por educandos e educadores, que tenha uma gestão democrática e seja reconhecida pela comunidade como espaço de saber, diálogo, autonomia e resistência à normalização da barbárie
- Reformulação curricular, com a criação de projeto escolares como soberania alimentar, alimentação não convencional e outras ligadas à educação ambiental, não deixando esses temas em projetos isolados que acabam sobrecarregando professores de determinadas áreas, impedindo a transversalidade dos temas e dificultando a reflexão mais profunda sobre a relação destes temas com nosso modo de vida